



UnB

Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Departamento de Comunicação Organizacional

JHAN KARLO PACHECO LÓPEZ

É Tudo Mentira – O combate às informações falsas entre 2018 e 2022

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Brasília

2023

É tudo mentira! – o combate às informações falsas entre 2018 e 2022

Jhan Karlo Pacheco Lopez

Acadêmico do curso de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília (UnB)

Resumo

O tema deste artigo são os instrumentos legais para combater as informações falsas, criados ou desenvolvidos entre 2018 e 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro. Tem como objetivos descrever e analisar esses instrumentos, situar as informações falsas no cenário de desordem informacional, relacionar a extrema direita à proliferação dessas informações, e propor sugestões para combater o fenômeno de desinformação. Utiliza como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica e a análise documentos de leis e projetos. Mostra a importância de ações empreendidas por veículos de comunicação, agências de checagem de fatos e universidades, além de iniciativas dos poderes judiciário e legislativo para combater as informações falsas. No entanto, conclui que a efetividade dessas iniciativas aumentará se forem realizadas em conjunto e se houver investimento em literacia informacional, isto é, na educação do público para identificar as fontes de uma informação, a sua veracidade e até os interesses envolvidos na divulgação dessas mentiras e a responsabilidade implicada em divulgá-las.

Palavras-chave

Informações falsas; Desinformação; Extrema Direita; Literacia Informacional

Sumário

INTRODUÇÃO	4
O EXCESSO E A FALTA	5
A CRISE DA DEMOCRACIA E O SURGIMENTO DA NOVA EXTREMA-DIREITA	6
FORMAS DE COMBATER O CAOS	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS	18

Introdução

Em 2018, o deputado Jair Bolsonaro foi eleito presidente da república com aproximadamente 58 milhões de votos, contra 44 milhões do petista Fernando Haddad. Quatro anos depois, Lula da Silva venceu Bolsonaro por menos de dois milhões de votos. Nas duas eleições houve muitas críticas e denúncias a respeito do grande número de informações falsas. No entanto, no pleito de 2022, já estava em consolidação a resistência das instituições e de alguns grupos da sociedade a essa estratégia de manipulação política.

A pergunta-síntese que move este artigo é: Quais mecanismos foram desenvolvidos pela sociedade e pelas instituições para frear as informações falsas entre 2018 a 2022? O objetivo geral é descrever e analisar esses instrumentos criados e/ou desenvolvidos durante a presidência de Jair Bolsonaro. Como objetivos específicos, pretende-se relacionar informações falsas, desinformação e desordem informacional; traçar um breve percurso do movimento de extrema direita e do pensamento autoritário e associar o seu crescimento à utilização de informações falsas; por fim, apresentar sugestões de como a sociedade e as instituições podem se organizar para enfrentar esse fenômeno. A justificativa para a escolha deste tema é a sua relevância social. Parte-se do pressuposto de que as pessoas são pouco (e mal) informadas sobre o que é fundamental para suas vidas e para a tomada de decisões, enquanto recebem frequentemente informações supérfluas, desnecessárias, mentirosas e manipuladoras.

O artigo se divide em quatro tópicos, além desta introdução. No primeiro explica-se o cenário de desordem informacional; a seguir, trata-se do vínculo entre a extrema direita, o pensamento autoritário e as informações falsas; no terceiro tópico, são apresentadas as soluções institucionais e sociais de combate a essas informações, seguido pelas considerações finais.

A metodologia utilizada neste artigo é constituída por duas técnicas: a revisão bibliográfica e a análise documental. A primeira foi desenvolvida por meio de pesquisa realizada no *Google Acadêmico*, durante o mês de janeiro de 2023, com as seguintes palavras-chave: informações falsas, desordem informacional, extrema direita, checagem de fatos e literacia informacional. O material encontrado foi triado, lido e organizado para embasar a argumentação aqui desenvolvida. A análise documental voltou-se para projetos, leis e dados oficiais que mostram como as informações falsas têm sido combatidas pelos poderes públicos e pela sociedade.

O excesso e a falta

Ireton e Posetti (2019) editaram um manual produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, UNESCO, sobre jornalismo, desordem informacional e *fake news*, destinado originalmente a profissionais de comunicação. Os autores explicam o cenário de desordem informacional, que tem dois aspectos negativos e complementares. O primeiro é o excesso de informações, que chegam de forma muito rápida a milhões de pessoas, sem se caracterizar pela relevância e qualidade. Esse fenômeno chama-se de infodemia e é similar a uma pandemia de informações soltas e desconexas. O segundo fenômeno diz respeito à falta de qualidade das informações, que não é decorrente somente da pressa ou do excesso, mas tem um caráter ideológico e um viés político. A esse fenômeno muitas vezes deu-se o nome de *fake news*, mas os autores questionam essas nomenclaturas, já que notícias não podem ser falsas, pois se forem falsas não são notícias.

As informações de má qualidade podem ter sofrido processos de apuração apressados, ou serem prejudicadas por organizações que não são dialógicas nem transparentes com a sociedade, pois querem ocultar dados para se proteger de atos de corrupção, má-conduta ou falta de responsabilidade social. Os processos produtivos do jornalismo, cada vez mais apressados, a formação acadêmica dos jornalistas, por vezes deficiente, além dos vieses ideológicos dos profissionais são terreno fértil para a informação de má qualidade, imprecisa e incorreta, frequentemente copiada de portais de notícias do exterior, com pouco ou nenhum senso crítico (IRETON E POSETTI,2019). No entanto, as informações *falsas* não são um equívoco; ao contrário, são dolosas, produzidas para enganar e manipular. De fato, são criadas por grupos, disseminadas por robôs, divulgadas por perfis falsos, alavancadas por algoritmos que as enviam para quem consegue (ou quer) acreditar nelas.

Nesta desordem informacional, a regra é a desinformação (IRETON E POSETTI,2019). O público desinformado tende a fazer péssimas escolhas, como não se vacinar e tornar-se mais violento politicamente, pois atribui aos seus adversários características malignas e ultrajantes. Quem é desinformado tende a ser facilmente manipulado e se torna vulnerável. Um dos estudiosos dessa desordem informacional, o filósofo sul-coreano radicado na Alemanha, Byung-Chul Han, destaca os impactos emocionais sobre a psique do sujeito desse mundo em que nunca se está desconectado, já que cada um é refém das mídias e redes sociais, e dessas vidas vividas no enxame (HAN,2018), estimuladas a produzir, a competir, a consumir e a acreditar, mesmo que isso implique a sua

ruína física e mental. Mas como essas mentiras se articulam e se agravam, ameaçando a vida coletiva e a própria democracia?

A crise da democracia e o surgimento da nova extrema-direita

Em “Como as democracias morrem” (LEVITSKY e ZIBLATT, 2019), os autores mostram o enfraquecimento das democracias por falhas nas próprias instituições estatais, que não seriam capazes de conter o avanço de propostas autoritárias, mesmo jogando conforme as regras do jogo. Dessa forma, poderiam chegar ao poder candidatos contra a democracia, mesmo que tenham sido eleitos pelas regras democráticas. O judiciário e a imprensa, enfraquecidos, não conseguiriam deter esse movimento. Assim, a democracia seria corroída de dentro para fora.

Já Mounk (2018) atribui a crise da democracia ao profundo descontentamento popular. As pessoas se sentem pouco representadas, pois em sociedades muito complexas há temas debatidos no legislativo que contemplam muito poucos. Os que não se sentem representados deixam de votar ou, pior ainda, esquecem-se rapidamente em quem votaram. Os parlamentares eleitos acabam por agir em nome somente de seus interesses, muitas vezes ignorando os próprios princípios e valores que defenderam nas campanhas eleitorais, já que não tem o acompanhamento da população para cobrança e prestação de contas.

A democracia torna-se esvaziada, triste. Ninguém quer saber dela, ninguém acredita nela. Nesse vazio deixado pela ausência de uma verdadeira representação política, surgem movimentos extremistas que prometem resolver com celeridade e eficácia tudo aquilo no qual as democracias falharam. Um desses exemplos é a nova extrema direita, que ganhou mais relevância política na Europa entre os anos de 1970 e 1980 (IGNAZI,2003), caracterizada por grande violência (verbal, mas por vezes, física), críticas ao papel da mídia, embates com outros poderes da república, defesa de valores tradicionais e ligação com movimentos religiosos. As conquistas realizadas por minorias políticas, como mulheres, negros, indígenas, e a comunidade LGBTQIA+ são recusadas e desmerecidas (IGNAZI,2003). Em vez de um protesto contra o racismo, há fantasias sobre a existência de um racismo reverso. Em vez da aceitação da diversidade religiosa, há crença de que os cristãos estariam sendo perseguidos e prejudicados, mesmo em países nos quais eles são ampla maioria. Em nome da democracia, essa nova extrema-direita combate qualquer ação afirmativa e chama de vitimistas os que criticam a sociedade branca, heteronormativa e misógina.

A crise econômica de 2008 e a expansão das redes e mídias sociais fortaleceram, na primeira década do século XXI, a expansão dessa extrema direita (Zaslove,2009). Com o fim da União Soviética e de seus satélites como contraponto ao modelo capitalista, abriu-se espaço para um capitalismo ainda mais selvagem e predatório. A China e outros países periféricos do Sudeste Asiático levaram os empregos do Ocidente, já que sua mão de obra barata, frequentemente em situação análoga à escravidão, tornava diversos produtos e processos produtivos incomparavelmente mais baratos. O desemprego passou a se ampliar nos demais continentes e ameaçou conquistas históricas dos trabalhadores e direitos há muito tempo conquistados. A precarização do trabalho foi uma resposta, com o surgimento de modelos alternativos de geração de renda e a ideologia do empreendedorismo, mas contribuiu para uma grande instabilidade de ordem social, econômica, e até emocional (BRAGA,2017)

Sem grandes perspectivas para o futuro, mesmo jovens de países considerados desenvolvidos vivenciam um grande stress e uma ausência de perspectivas. Aumentam dramaticamente as crises de saúde mental (HAN,2018). As redes sociais fervilham com modelos de alegria, saúde, beleza e bem-estar, enquanto o público experimenta, na vida real, cansaço, solidão, sofrimento mental, empobrecimento. A nova extrema direita surge como uma resposta para esses problemas, apontando nos imigrantes, nos refugiados, nos esquerdistas, na globalização cultural, as origens dos males de quem não consegue trabalhar, estudar ou viver em paz.

Ademais, a extrema direita costuma ser extremamente autoritária. Já na década de 1950, o filósofo Theodor Adorno escreveu sobre a personalidade autoritária, definindo as suas principais características e as de seus seguidores. Como pensa um autoritário? Por que age assim? O pensador alemão destacou a importância da hierarquia para pessoas autoritárias, que se mostram extremamente opressoras perante os subalternos, enquanto se deixam oprimir pelos “superiores”. Nesse aspecto, são fascinadas por quem lhes promete lei e ordem, por falas intempestivas e rudes, por figuras de autoridade desprovidas de compaixão e humanidade. Ademais, no pensamento autoritário há um predomínio de valores associados ao passado, um tempo aparentemente melhor e mais seguro do que o futuro. Esse olhar para o passado costuma atribuir positividade até a situações de grande sofrimento pessoal ou coletivo, negando versões diferentes. Portanto, frequentemente o autoritarismo associa-se ao conservadorismo. Dessa forma, resiste ao que considera tentativas de alterar uma “ordem natural das coisas”, como os movimentos sociais, e se identifica com religiões tradicionais. Tende a buscar “bodes expiratórios”, em geral em grupos sociais ou economicamente mais vulneráveis, atribuindo-lhes a culpa por crises e dificuldades (ADORNO,2019). O

autoritarismo surge e se alimenta de vários medos. Medo do futuro por sua imprevisibilidade. Medo do outro, que constitui uma ameaça. Medo da perda de privilégios.

A nova extrema direita, por ser autoritária, escolhe políticos que contrariam qualquer noção de moderação ou equilíbrio, com falas bombásticas e agressivas. No Brasil, Jair Bolsonaro representou esse tipo de liderança autoritária, pois muito antes de se candidatar à presidência já chamava a atenção pela agressividade à qual se dirigia a mulheres, indígenas, quilombolas, negros e homossexuais. Ao ser eleito, alimentou o medo da ameaça comunista ou estrangeira, da perda dos valores tradicionais, da crise da família heteronormativa, do risco econômica trazido pelo *lockdown*, do uso de vacinas, do fim da liberdade de expressão. E inflamou tais medos com informações falsas, que deram carta branca à violência policial e política, a feminicídios, à homofobia etc.

Cunha (2021), ao estudar o perfil de um grupo autoritário, o de fundamentalistas religiosos, identifica o fenômeno de “dissociação cognitiva”. Segundo a autora, esse fenômeno se dá quando as pessoas aceitam uma afirmação, mesmo desconfiando dela ou até sabendo que é mentirosa, desde que seja coerente e confortável com a sua forma de ver o mundo, com seu comportamento e crenças. E mais: essa mentira é compartilhada com os demais, em uma tentativa de “evangelização” ou propaganda ideológica, a fim de enfrentar os “inimigos” (todos aqueles que não compartilham da mesma fé ou dos mesmos valores). Ademais, esse grupo frequentemente advoga o fim dos tempos e denuncia a perseguição que sofre de outros grupos, denominando-a cristofobia, embora os cristãos constituam, de fato, o maior segmento religioso do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Durante a gestão de Bolsonaro na presidência da república, surgiram vários perfis de influenciadores digitais cristãos que disseminaram informações falsas de viés autoritário, baseados em teorias conspiracionistas, como a da cristofobia da esquerda.

A reação a essa disseminação de informações falsas relacionadas a crenças e a “evangelização” frequentemente encontram ouvidos em uma população movida por seus sentimentos, sendo esta reação chamada de pós-verdade (AZEVEDO, 2020). A extrema-direita, então, encontrou formas de atingir um maior segmento da população através das redes sociais, como Twitter e Facebook, ou aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram, apelando à pós-verdade. Através dessas novas ferramentas de comunicação mensagens que antes não chegariam a um público específico, seja pela televisão ou rádio, passaram a chegar a essas pessoas sem nenhum tipo de filtro ou revisão.

As aspirações da extrema direita e do pensamento autoritário ganharam forças durante as eleições estadunidenses que elegeram Donald Trump como presidente em 2016. Diversas

denúncias foram feitas contra a manipulação de informações plantadas por hackers, supostamente financiados pelo governo russo. O mandatário eleito então se voltou contra a própria imprensa, acusando-a de divulgar informações falsas contra seu gabinete, questionando publicamente a credibilidade das informações obtidas por grupos como a CNN ou o The New York Times.

Seguindo o exemplo de Trump, outros políticos ao redor do mundo começaram a utilizar as informações falsas como forma de desacreditar a própria imprensa, que estaria conspirando para tirá-los do poder. Essas informações passaram a circular amplamente em grandes processos políticos e bélicos ao redor do mundo, como na saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), na tentativa de separação da Catalunha da Espanha, na crise diplomática entre a Arábia Saudita e o Catar, na tensão nuclear com a Coreia do Norte, e na disputa eleitoral do Brasil em 2018.

No Brasil, o uso de informações falsas de forma ampla, e com grande desprezo pelos meios tradicionais de comunicação, foi uma importante ferramenta do então candidato Jair Bolsonaro. A direita não foi a única a utilizar esse tipo de informações, mas as divulgou maciçamente por meio de redes e mídias sociais para reforçar o medo da sociedade e sensibilizar as personalidades autoritárias. Algoritmos e robôs virtuais foram empregados no envio de informações distorcidas como forma de atacar os candidatos de oposição, como Fernando Haddad, e a mídia tradicional, como a rede Globo. Haddad foi taxado de comunista pela campanha de Bolsonaro e a ele foi atribuída a criação de um *kit gay*, na verdade um material na época ainda em estudo, integrante de um projeto para combater a homofobia nas escolas, denunciado por Bolsonaro como uma tentativa de implementar a ideologia de gênero, tirar a inocência da infância e até estimular a pedofilia.

Esses discursos usados por Bolsonaro, embora absurdos, encontraram ouvidos em um eleitorado dominado por um sentimento político de ódio contra governos anteriores do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). O antipetismo, como esse sentimento ficou conhecido, ganhou destaque e força após as manifestações políticas ocorridas entre 2013 e 2014 e, principalmente, a partir do movimento político-judicial chamado Operação Lava-Jato, que perseguiu membros da administração federal, sob acusações de corrupção e culminou em processos judiciais que tiveram seus métodos questionados, com um juiz condenado pelo Supremo Tribunal Federal por suspeição (STF, 2021).

O primeiro candidato a utilizar o antipetismo como ferramenta eleitoral foi Aécio Neves, que preferiu enfatizar as supostas acusações de corrupção contra a administração federal para fomentar sua campanha, em detrimento de debates sobre políticas públicas

(TELLES, 2016). Contudo, só os debates sobre a corrupção fomentados pela direita não são suficientes para justificar um movimento de ódio tão grande, cabendo um importante destaque a capacidade da mídia brasileira de produzir atitudes negativas na opinião pública em relação aos atores políticos ao visibilizar casos de corrupção (TELLES, 2016).

Outro alvo da campanha de desinformação do candidato Bolsonaro foi o próprio processo eleitoral. Com diversos materiais manipulados e montagens criadas pela sua campanha, Bolsonaro buscou desacreditar as eleições brasileiras fazendo ataque às urnas eletrônicas (segundo ele, passíveis de serem fraudadas), ao TSE, que seria conivente com essa manipulação de resultados, aos opositores. Bolsonaro chegou a afirmar, ainda, que se não fosse a suposta fraude nas urnas ele teria vencido no primeiro turno.

Esse processo de desinformação acabou por gerar respostas de todos os setores atingidos, como uma forma de diminuir os danos causados. Ainda em 2018, redes sociais passaram a criar e a administrar de forma mais efetiva as ferramentas de denúncias a informações falsas e o WhatsApp limitou o envio em massa de mensagens. No Brasil, Twitter e Facebook trabalharam em conjunto com a justiça, seja marcando postagens como falsas, ou suspendendo contas que disseminavam essas informações. No entanto, com Bolsonaro eleito, iniciou-se uma nova batalha da guerra contra a desinformação, pois ao chegar ao poder ele passou a dispor de recursos para ampliar o funcionamento dessa rede. Continuava a prática de ataque à oposição e aos meios de comunicação, buscando mascarar resultados negativos do governo com falsas mensagens durante seu mandato em 2019. Contudo, essa estratégia acabou por sofrer um grande golpe no surgimento da pandemia de Covid-19.

Durante a pandemia diversas pessoas sofreram as cruéis consequências de um governo que não se importou em lidar com a situação com a responsabilidade que se esperava. O governo de Jair Bolsonaro buscou por muito tempo diminuir a gravidade da pandemia, alegando que ela só atingiria pessoas já enfraquecidas por outras condições, afirmou que não era necessário se proteger com uso de máscaras e antissépticos, como o álcool em gel, fez diversas declarações que ridicularizaram quem combatia a Covid-19 ou mesmo as pessoas que sofriam com ela (MORAES e SILVA, 2021).

Ao longo da pandemia mais de 36 milhões de pessoas contraíram a doença, quase 700 mil morreram, inúmeras famílias se tornaram órfãs de seus pais, filhos, avós, e ainda assim não houve sensibilidade por parte do governo e de seu representante que persistiu na narrativa de se tratar de apenas uma “gripezinha”: duvidou dos números da pandemia, atacou a produção de vacinas, criou diversas narrativas que colocavam em dúvida a efetividade das vacinas e também as taxou como perigosas por diversos motivos; elegeu um remédio ineficaz,

a cloroquina, como carro chefe do trabalho feito pelo governo no combate à doença, sempre colocando em dúvida as afirmações de especialistas na área epidemiológica (MORAES e SILVA,2021).

Mas houve resistências. Novas ações contra essa situação de desinformação foram tomadas. É o que veremos a seguir.

Formas de combater o caos

Podem-se destacar quatro diferentes tipos de ações para combater as informações falsas no Governo Bolsonaro, criadas ou desenvolvidas entre 2018 e 2022. A primeira foi realizada pela própria imprensa. Os maiores grupos de mídia do Brasil reuniram-se em um consórcio para compartilhar a atualização diária e semanal do resultado da pandemia no Brasil. Esse trabalho colaborativo permitiu que os dados sobre a doença e a vacinação fossem coletados diretamente das secretarias de saúde do Estado, evitando-se que o Ministério da Saúde criasse novos critérios ou simplesmente omitisse informações.

A precisão é um dos atributos mais valorizados do jornalismo, que construiu seu *ethos* a partir da defesa da neutralidade, imparcialidade e objetividade, tendo como produto, idealmente, a precisão. Embora os interesses das empresas jornalísticas, os limites dos próprios profissionais de comunicação e a discussão em torno da possibilidade de existência de verdades tenham fragilizado a crença nessa tríade, espera-se que o jornalismo seja o mais preciso possível. A importância da área de serviços ensinou o jornalismo como um todo que nenhum erro será perdoado, visto que o público precisa de informação ágil e de qualidade para tomar as suas decisões.

Dessa forma, como a precisão é uma das características mais desejadas pelo jornalismo, formaram-se vários procedimentos para checagem de fatos. Em 1923, por exemplo, a revista Time já contava com uma equipe de apuração constituída exclusivamente por mulheres, com a hercúlea missão de checar todas as datas, nomes e dados publicados no veículo. Segundo Palácios, as cartas de leitores também se tornaram mecanismos de verificação, pois frequentemente nelas apareciam falhas ou omissões dos jornais e revistas.

Em 1809, configurou-se, na Suécia, o modelo de *ombudsman*: um jornalista que identifica coberturas parciais, precisas ou tendenciosas no próprio veículo em que trabalha, escreve e publica uma crítica aos procedimentos por esse jornal ou revista, comparando-o aos demais em relação a determinados assuntos. Uma crítica a esse modelo é que, embora não

possa ser demitido enquanto exercer a função de *ombudsman* e até algum tempo depois de sair dela, o profissional pode ser tendencioso, pois vê o jornalismo a partir da cultura organizacional na qual exerceu a profissão, e avalia trabalhos, muitas vezes, de colegas com os quais já trabalhou. Deve-se destacar, porém, que o grande foco desse tipo de checagem foi gerar no público a impressão de responsabilidade social da empresa jornalística, mais até do que o aprendizado para prevenir e evitar novos erros no futuro. No Brasil, no entanto, a criação do ombudsman só ocorreu em 1989, na Folha de S. Paulo.

Os 1990 presenciaram mudanças estruturais no jornalismo. À medida que o processo de digitalização dos jornais impressos deu lugar aos portais de notícias e às plataformas de mídias sociais, ocorreu gradativamente uma perda de controle da quantidade e da qualidade das informações produzidas. O número de erros tornou-se enorme, sobretudo porque a figura do revisor foi extinta, e com a informatização, houve uma diminuição das vagas, fazendo com que cada jornalista tivesse uma carga individual de trabalho maior. Com a proliferação de jornalistas egressos de faculdades com poucos investimentos em laboratórios e em docentes e com o fim da obrigatoriedade do diploma, ocorrida em 2009, a formação dos jornalistas ficou mais frágil. Diante disso, a precisão nas matérias jornalísticas tornou-se cada menos frequente.

As agências criadas especialmente para checar o que era divulgado começavam a se multiplicar pelo mundo, e configurou a segunda forma de ação para se combater a desinformação. No Brasil, a primeira experiência de checagem ocorreu nas eleições de 2010, em que a Folha de S. Paulo criou um mentirômetro, pelo qual as declarações dos candidatos eram avaliadas como verdadeiras ou falsas. A seguir, surgiu a agência Aos Fatos, totalmente voltada para esse tipo de prática jornalística. Dessa forma, o jornalismo começou a checar a falsidade das notícias produzidas por assessorias de candidatos, lançadas na Rede, mas corrigia muito pouco as suas próprias imprecisões.

Destaca-se que essas agências se configuraram um novo mercado para os profissionais de jornalismo. Ao mesmo tempo que todas as pessoas podem produzir “informações”, são os jornalistas os responsáveis por verificar a confiabilidade desse material, sobretudo quando são utilizadas técnicas de simulação, a fim de enganar o público, como o uso de dados reais e de linguagem jornalística para falsear uma informação distorcida. A expansão desse modelo de jornalismo levou à criação de agências especializadas, por exemplo, em notícias climáticas, de saúde ou de política. O lugar social do jornalismo e do jornalista desloca-se: de principal espaço de produção de informações para o de avaliação da qualidade do que é produzido. Nesse cenário, são retomadas as discussões sobre o que é verdade, a importância de um

jornalismo autônomo e a influência dos interesses econômicos e ideológicos no exercício da profissão.

Nas eleições de 2018, as agências de checagem já agiram, mas sua atuação foi limitada porque nem sempre os resultados de sua avaliação chegavam ao público. Durante o auge da pandemia de coronavírus, esse modelo se fortaleceu no país, e passou a ser divulgado pelos próprios veículos jornalísticos.

Durante a pandemia de covid-19, além da checagem realizada pelos veículos jornalísticos e pelas agências independentes, várias universidades se tornaram espaços de contestação de informações falsas. Realizaram com intensidade e qualidade a divulgação científica. Agiam, assim, como formadoras e informadoras da população, diante da infodemia que imobilizava o público em um momento de intensa crise de saúde e de cidadania.

Um terceiro mecanismo de combate às informações falsas foram as ações desenvolvidas pelo judiciário e pelo legislativo. O Legislativo brasileiro manifestou-se contra as informações falsas já no início do governo Bolsonaro. Em julho de 2019, foi realizada a Audiência Pública “A influência das *fake news* na sociedade e na liberdade de imprensa”, realizada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado. No ano seguinte, foi instalada uma Comissão Parlamentar Mista – já que envolvia Câmara e Senado – das *fake news* para apurar suspeitas da produção e divulgação de informações falsas durante as eleições de 2018, sob a presidência do senador Angelo Coronel, do Partido Social Democrata, da Bahia. As atividades da Comissão, porém, foram suspensas pela pandemia de Covid-19 e só retomaram em 2022, quando já se aproximava uma nova eleição.

A Comissão chegou a ouvir ex-bolsonaristas, como a então deputada Joice Hasselmann e o deputado Alexandre Frota, ambos do Partido da Social Democracia Brasileira de São Paulo (PSDB-SP), que denunciaram o funcionamento do “Gabinete do Ódio do Palácio do Planalto”, comandado pelos filhos do presidente da República Carlos e Eduardo Bolsonaro, com o objetivo de manter a máquina da desinformação em funcionamento. Sem concluir os trabalhos, e sofrendo uma grande pressão da bancada do governo, a CPMI foi encerrada em 2022, mas a relatora Lídice da Mata, do Partido Socialista Brasileiro da Bahia, apresentou um relatório final em dezembro de 2022, em que apontava claros indícios de que parlamentares usaram recursos de seus mandatos na produção e disseminação de informações falsas, a fim de pregar o ódio, a violência e até ameaças ao Estado Democrático de Direito. A CPMI também documentou o financiamento do governo federal, por meio da Secretaria de Comunicação da presidência da república, a sites de informações falsas, utilizando o mecanismo de comprar anúncios, priorizando o Jornal 21 Brasil, a Imprensa Viva, o Gospel

Prime e o canal de YouTube Terça Livre TV, pertencente a Allan dos Santos, mais tarde condenado no inquérito das *Fake News*, do Supremo Tribunal Federal. Outra ação do Legislativo foi a criação do PL 2630, de 2020, de autoria do Senador Alessandro Vieira, do Cidadania do Sergipe, para instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, aprovado no plenário do Senado e encaminhado à Câmara, Segundo a ementa do projeto, a lei “estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei. (SENADO,2020)

O Judiciário brasileiro também realizou uma série de ações contra as informações falsas, configurando uma quarta forma de combater a desinformação. A primeira delas foi a criação do Inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF) 4781, chamado de Inquérito das *Fake News*, em 2019, para investigar a produção e a disseminação de notícias falsas, calúnia, ameaças, difamação e injúria contra os membros da Suprema Corte e seus familiares. Em uma de suas operações, em 2020, atingiu vários aliados do presidente Jair Bolsonaro, como os deputados federais do Partido Social Liberal (PSL), Bia Kicis (PSL-DF), Carla Zambelli (PSL-SP), Daniel Silveira (PSL-RJ), Filipe Barros (PSL-PR), Júnio Amaral (PSL-MG) e Luiz Phillipe de Orleans e Bragança (PSL-SP). Buscou-se identificar a existência de uma estrutura para divulgar informações falsas, com o financiamento de empresários próximos ao então presidente Jair Bolsonaro, que foi incluído no inquérito em 2021, em decorrência de seus ataques às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral do país. Além disso, o ministro Alexandre de Moraes determinou, em dezembro de 2021, a abertura de um novo inquérito contra Jair Bolsonaro para investigar uma *live* de outubro de 2021 em que associava as vacinas contra Covid-19 ao aumento de casos de aids.

Além dos inquéritos, o Judiciário também criou um processo de checagem de notícias falsas chamado de #VerdadesdoSTF, publicado no Portal e nas mídias do Tribunal desde 2021. No mesmo ano, o então presidente do Supremo criou o Programa de Combate à Desinformação (PCD) para combater notícias falsas sobre a Corte ou seus integrantes e ações permanentes de comunicação.

Por fim, um quarto mecanismo de combate à desinformação é a literacia informacional, fundamental no país pelos dados a seguir. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação 2021, a Pnad TIC, de 2021, mostrou que os excluídos digitais, ou seja, quem não usa a internet no país, são

aproximadamente 15% da população com 10 anos ou mais, portanto, mais de 28 milhões de brasileiros. Lendo-se de outra forma, quase 85% da população brasileira está na Rede. A principal forma de acesso à internet no país é o telefone celular, com mais de 98% dos respondentes admitindo que esse é o seu meio usual de conexão.

Os dados anteriores apontam dois cenários simultâneos. O primeiro é o de que, mesmo precariamente, a maior parte da população brasileira, usa a internet. O segundo revela que no rastro desse uso formam-se excluídos por condições econômicas, educacionais ou tecnológicas. Para combater essa exclusão, é fundamental a criação de políticas públicas para baratear e expandir as conexões, inclusive nos municípios pequenos, rurais e distantes dos grandes centros urbanos; facilitar a aquisição de equipamentos e treinar as pessoas que não sabem como “mexer” com as tecnologias, por meio de uma literacia digital. No entanto, ter conhecimento e acesso à Rede não bastam. Há aspectos éticos e políticos no uso da internet que devem ser aprendidos em uma literacia informacional, isto é, um aprendizado de uso da internet e das tecnologias de informação e de comunicação de forma responsável, antecipando os riscos desse uso e ponderando sobre as suas implicações éticas.

Um dos grandes ganhos de quem passou por uma literacia informacional é a noção de que a internet não é um lugar seguro. De posse dessa percepção, cria-se uma cautela em disponibilizar dados pessoais na rede, como senhas, informações bancárias ou números de documentos pessoais. Os golpes digitais, que apresentaram um enorme crescimento nos últimos cinco anos, têm por público-alvo quem conhece a internet apenas superficialmente e acredita em e-mails institucionais, ligações suspeitas de operadores do sistema bancário, sites clonados etc. Quem sabe o quanto é perigoso o ambiente da internet se previne da violência online, que muitas vezes assume a forma de assédio moral ou sexual pela Rede, ou de pornografia de vingança, em que fotos e vídeos íntimos são vazados sem consentimento. E desconfia de informações que chegam sem fontes conhecidas ou confiáveis, que não são divulgadas em outros meios de comunicação, e parecem ter a finalidade, sobretudo, de chocar ou provocar rejeição a algum político ou grupo, ao mesmo tempo que enaltece o outro lado.

Além disso, a literacia informacional provoca reflexões sobre a responsabilidade em compartilhar conteúdos (DA SILVA,2008). Quem retransmite uma informação, por exemplo, mesmo se for para pessoas próximas ou em grupos fechados, não está isento, legal ou moralmente, da responsabilidade pelo que foi divulgado. Em certa medida, torna-se coautor. Portanto, é necessário pensar nas fontes daquelas informações, em sua confiabilidade e nos impactos que pode trazer.

Mas onde e quando a literacia informacional pode ser desenvolvida? Embora não haja um espaço específico ou exclusivo, nem uma idade adequada, é necessário que essas discussões estejam presentes em toda a vida escolar do estudante, pois inclusive vão ajudar a prevenir comportamentos como *bullying* online, reprodução de conteúdos falsos ou desatualizados da internet e crença em informações falsas. Para isso, a escola deve ser uma parceira, incentivando a formação dos docentes nesses conteúdos e estimulando a produção de trabalhos escolares sobre o tema. Os meios de comunicação precisam falar sobre literacia informacional, não somente para denunciar golpes digitais, mas para reforçar a importância do cuidado, da seriedade e do senso crítico ao usar a Rede.

Considerações finais

A luta por direitos fundamentais, como saúde, educação e cultura, pressupõe o acesso a informações. Se o cidadão não souber de informações corretas, relevantes, de fácil compreensão e pertinentes aos seus interesses, poderá fazer escolhas altamente prejudiciais para a sua vida e para a participação social ou ainda pode deixar de tomar decisões necessárias para o seu bem-estar e o da comunidade. Muitos fatores têm limitado esse acesso, como a falta de transparência de diversos governos, as barreiras educacionais, a linguagem rebuscada ainda presente em documentos oficiais e na própria ciência etc. Dentre esses bloqueios, destaca-se a profusão de informações falsas.

O cenário do século XXI é constituído por uma desordem informacional, caracterizada pela dificuldade de acesso a informações básicas, vitais e importantes e pelo excesso de informações supérfluas, banais ou, sobretudo, falsas, que não são consequências de apurações errôneas ou imprecisas, mas de um projeto de poder. Elas não são espontâneas ou inconscientes, mas provocadas intencionalmente para manipular e, dessa forma, beneficiar alguns candidatos, partidos e políticos, ao mesmo tempo que prejudicam outros.

As informações falsas não são uma criação recente. Elas estão presentes há séculos, alimentadas por boatos e fofocas e pela ausência de diálogo entre os governos, as igrejas e a ciência com a sociedade. No entanto, na primeira década do século XXI, tornaram-se um importante instrumento da extrema direita, que as utiliza para provocar o medo, aumentar o ódio contra grupos, indivíduos ou propostas e conseguir chegar ou se manter no poder.

Redes e mídias sociais têm corroborado para a circulação dessas informações. Por meio de algoritmos, são mapeadas as tendências política, religiosa e socioeconômica de determinado público, oferecendo-lhe apenas o que ele quer acreditar. Formam-se bolhas nas

quais qualquer argumento ou pensamento diferente não consegue entrar e, se o faz, é ridicularizado e anulado. Os robôs multiplicam as mesmas “informações” à exaustão para as mesmas pessoas, e por mais absurdas que sejam, conseguem atingir quem tem predisposição para recebê-las e até retransmiti-las no círculo de amigos e de familiares.

A ação do Estado contra as informações falsas deve ser vigorosa e ágil. No caso brasileiro, houve um engajamento do próprio Supremo Tribunal Federal pela condenação de quem, apesar de advertências prévias, recusou-se a parar de produzir e de distribuir esse tipo de informação. Embora as punições isoladamente não sejam suficientes para transformar essas práticas, exercem, sem dúvida, um poder de inibição que não pode ser desconsiderado. O Legislativo, por sua vez, mobilizou-se em uma CPMI precocemente encerrada e em um projeto de lei aprovado na Câmara, e em tramitação no Senado, para identificar, responsabilizar e punir quem faz parte desse esquema.

A própria imprensa tem exercido uma importante contribuição na luta contra informações falsas. Diversos órgãos têm localizado essas informações e as desmascarado, mostrando ao público o absurdo de algumas premissas. Ao fazer esse movimento, muitas vezes os veículos jornalísticos tornam-se alvos de todos aqueles que confiam cegamente nas informações falsas e em seus produtores. Inclusive, uma das estratégias desses grupos que não querem ser contestados é criar produtos jornalísticos que parecem legítimos, com linguagem, estrutura e valores-notícia similares aos verdadeiros, mas de conteúdo totalmente falso.

Por fim, uma estratégia em ascensão para denunciar e combater as informações falsas são as agências de checagem de informações, ou *fact checking*. São organizações autônomas, não governamentais, em geral, que dependem de doações de terceiros ou da captação de recursos em editais públicos. Apesar da vulnerabilidade inerente à instabilidade da fonte de recursos, seu caráter independente e idealista tem conquistado o público.

Enfim, embora cada uma dessas instâncias de combate às informações possa agir separadamente, juntas acabam ganhando mais força. E há ainda um quarto fator para tornar esse conjunto mais eficiente: a educação para o uso de mídias e redes sociais, ou literacia informacional, que não se volta preferencialmente para o produtor dessas informações, mas para quem as recebe e as retransmite. Somente uma educação informacional pode fazer com que todos nós aprendamos a identificar a confiabilidade da fonte de uma informação, a confrontar essa informação com outras, a evitar reproduzir e disseminar o que não se tem certeza e a desenvolver um pensamento crítico. Podemos até ser um enxame, como afirma o sociólogo sul-coreano Han (2018), mas esse enxame pode ser instruído e instruir-se, pode

duvidar, pode aprender. Em vez da atomização, pode surgir a reflexão, o olhar cauteloso em relação ao mundo e aos outros.

Referências

ADORNO, Theodor; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J.; SANFORD, R. Nevitt. **The Authoritarian Personality**. Oxford, England: Harpers, 1950.

AZEVEDO, Mauri., LIMA, Marcus. Fake news e pós-verdade na construção do Neoconservadorismo no Brasil pós-2013 e os efeitos nas eleições de 2018. *Letrônica*, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.35546>>. Acesso em 25/02/2023.

BRAGA, Ruy. **A Rebeldia do Precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CALAGNO, Augusto. Bolsonaro diz não ter provas sobre fraude nas eleições, apenas indícios. *Correio Braziliense*, 2021. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/07/4940596-bolsonaro-diz-nao-ter-provas-sobre-fraude-nas-eleicoes-apenas-indicios.html>>. Acesso em: 12/02/2023.

CUNHA, Beatriz. (2021). Jurisdição constitucional em tempos de crise: equilibrando-se entre a contenção do autoritarismo e o risco de empacotamento. *Revista Eletrônica da PGE-RJ*. Disponível em: <<https://doi.org/10.46818/pge.v4i2.218>>.

DA MATA, Lídice. CPMI Fake News: Relatório final. Senado, 2022. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2292&tp=4>>. Acesso em: 12/02/2023

DA SILVA, Armando Maheiro. **Inclusão digital e literacia informacional em Ciência da Informação**. Prisma. com, n. 7, p. 16-43, 2008.

GAMA, Sophia. Guerra de desinformação: as fake news nas eleições de 2018. Câmara municipal de Curitiba, 2022. Disponível em <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/guerra-de-desinformacao-as-fake-news-nas-eleicoes-de-2018>>. Acesso em: 11/02/2023.

GOOGLE, Facebook, Twitter e WhatsApp vão aderir ao Programa de Enfrentamento à Desinformação do TSE. Tribunal Superior Eleitoral, 2019. Disponível em <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Outubro/google-facebook-twitter-e-whatsapp-vaoaderir-ao-programa-de-enfrentamento-a-desinformacao-do-tse>>. Acesso em 12/02/2023.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Editora Vozes Limitada, 2018.

IGNAZI, Piero. **Extreme Right Parties in Western Europe (Comparative Politics S.)**. Oxford: Oxford Academic, 2003. Disponível em <<https://doi.org/10.1093/0198293259.001.0001>>. Acesso em 11/02/2023.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Journalism, fake news & disinformation: handbook for journalism education and training**. Unesco Publishing, 2018.

JARDELINO, Fábio; CAVALCANTI, Davi B.; TONIOLO, Bianca P. A ploriferação das fake news nas eleições brasileiras de 2018. Open Edition Journals, Vol 15. Nº 28. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/cp.7438>>.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How Democracies Die**. New York: Penguin Random House, 2018.

MORAES, Alexandre de S.; SILVA, Daniel P. A pandemia nas lives semanais: o uso de atenuadores na retórica anticrise de Jair Bolsonaro. Scielo, 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/2237-101X02204806>>.

MOUNK, Yascha. **The People vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It**. Cambridge, MA and London. England: Harvard University Press, 2018.

RETROSPECTIVA 2017: o ano que as ‘fake news’ viraram notícia. Época Negócios, 2017. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/12/retrospectiva-2017-o-ano-que-fake-news-viraram-noticia.html>>. Acesso em: 10/02/2023

STF confirma suspeição de Sergio Moro na ação do triplex do Guarujá. Portal do STF, 2021. Disponível em <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=468086&ori=1>>. Acesso em: 25/02/2023

TELLES, Helcimara. A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. Revista Interesse Nacional, 2015. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29895/20746>>. Acesso em: 25/02/2023.

ZASLOVE, Andrej. The Populist Radical Right: Ideology, Party Families and Core Principles. Political Studies Review, 7(3), 309–318. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1478-9302.2009.00191.x>>.